

## CONTRATO DE RATEIO Nº 0\_\_\_/201\_\_.

Pelo presente, conforme a **Cláusula Décima Primeira do Contrato** referente à Constituição do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE** \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, assim como no Estatuto do mesmo, em seu Título IV, Capítulo II, **artigo 70** e seguintes, dispensado a ratificação do Protocolo de Intenções, nos termos da Lei Municipal nº \_\_\_\_/ 201\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_:

De um lado, o **MUNICÍPIO DE** \_\_\_\_\_, por intermédio de sua Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ, sob o nº \_\_\_\_\_, com sede estabelecida na \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. \_\_\_\_\_ inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, e RG sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_ -GO, e; **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE** \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede estabelecida na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_, telefone ( ) \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, e RG sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_ -GO; doravante denominados **CONTRATANTES**, os quais respondem de maneira subsidiária e solidária entre si, respectivamente;

De outro, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE** \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATADO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_ -GO, neste ato representado por seu Presidente ao final assinado, Sr. \_\_\_\_\_. Inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, e RG sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_ -GO, tem entre si justo e acertado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.999/93, à Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto Lei nº 6.017/2007, e ao Contrato de Consórcio Público, o que se segue:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente **CONTRATO DE RATEIO** regerá pelo disposto no artigo 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, de 06 de abril de 2005, e artigo 13 e seguintes do Decreto Lei nº 6.017/2007, de 17 de janeiro de 2007; na Lei Municipal nº \_\_\_\_/201\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_; no Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saúde \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, bem como nos demais normativos pertinentes à matéria.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

Constitui-se como Objeto do Presente **CONTRATO DE RATEIO**, a definição das regras e critérios de participação dos **CONSTRATANTES** junto ao **CONTRATADO**, nos repasses de obrigações financeiras rateadas, assegurando concorrer com as despesas de todas as atividades a serem desenvolvidas pela entidade de acordo com o definido no Contrato de Programa, bem como a manutenção das demais atividades de funcionamento da Entidade, nos termos do Estatuto do Consórcio Intermunicipal \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Os **CONSTRATANTES**, para o exercício financeiro de 2015, asseguram ter consignado na sua Lei Orçamentária Anual – LOA, e/ou assegurarão inserção através de Crédito Adicional Especial em sua Lei Orçamentária em alcance, da dotação suficiente para suportar as despesas assumidas através do presente CONTRATO DE RATEIO.

**Parágrafo Único** – Os Contratantes deverão informar sobre a respectiva Lei Orçamentária Anual juntamente com os Anexos correspondentes, e/ou do respectivo Crédito Adicional Especial, objeto desta Cláusula, fornecendo cópia ao Consórcio, no prazo de 30 (trinta) dias da data de assinatura deste Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR COTA-PARTE E A FORMA DE REPASSE:**

Conforme regras estabelecidas no Contrato para o rateio proporcional das obrigações financeiras que decorrerem com as despesas das atividades do Consórcio, os **CONSTRATANTES** ficam comprometidos perante o **CONTRATADO**, com sua Cota-Parte Anual de 2015 no importe de **R\$ 0,\_\_\_ (\_\_\_\_\_ centavos) per capita**, utilizando-se para tal da tabela de estimativa anual publicada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) totalizando a importância de R\$ \_\_\_\_\_ reais e \_\_\_\_\_ centavos), obrigando-se repassar em 08 (oito) parcelas mensais iguais de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_ reais e \_\_\_\_\_ centavos), devendo ser creditado em favor do **CONTRATADO** até o 5º dia útil de cada mês, na sua conta bancária.

**Parágrafo Primeiro** – Por força deste Contrato de Rateio, conforme autorização contida na Subcláusula única, da Cláusula Décima Primeira do Protocolo de Intenções, dispensa a ratificação pela Lei Municipal nº \_\_\_\_/201\_\_, os mesmos autorizam o **CONTRATADO** a prover os créditos das parcelas mensais estabelecidas no *caput* desta Cláusula, mediante sua apresentação perante a **Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (SEFAZ/GO)**, e solicitar a retenção dos valores que faz jus, nos recursos do ICMS mensal do Município de \_\_\_\_\_;

**Parágrafo Segundo** – Por força deste Contrato de Rateio, na conformidade da autorização contida na Subcláusula única, da Cláusula Décima Primeira do Protocolo de Intenções, dispensada a ratificação pela Lei Municipal nº \_\_\_\_/201\_\_ dos **CONSTRATANTES**, os mesmos autorizam a **Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (SEFAZ/GO)**, a promover a retenção do valor correspondente de cada parcela mensal vincenda, nos recursos do ICMS mensal do Município de \_\_\_\_\_, e proceder à Crédito em favor da conta bancária do Consórcio Intermunicipal de Saúde \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_;

**Parágrafo Terceiro** – O período de retenção dos valores mensais estabelecidos neste Contrato de Rateio em 08 (oito) parcelas tem início em 29 de abril de 2015, e término em 31 de dezembro de 2015; **\*\*verificar o período e estabelecer a quantidade de parcelas**

**Parágrafo Quarto** – As Autorizações nos valores e na forma disposta nesta cláusula e seus parágrafos, respectivamente, são de caráter irrevogável até o seu cumprimento total, salvo mediante apresentação de Distrato e/ou Rescisão deste Contrato, obrigatoriamente, com anuência de todos os partícipes;

**Parágrafo Quinto** – Quaisquer alterações de valores e/ou de cronograma de desembolso, na forma disposta nesta cláusula e seus parágrafos, respectivamente, não serão permitidas nem promovidas, salvo disposição mediante “Termo Aditivo” e/ou outro documento que o substitua, obrigatoriamente, com anuência de todos os partícipes.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:**

- I. Entregar recursos ao **CONTRATADO** somente mediante o estabelecido no presente CONTRATO DE RATEIO;
- II. Exigir, isoladamente ou em conjunto com os demais consorciados, o pleno cumprimento das obrigações previstas no presente CONTRATO DE RATEIO, quando na condição de adimplente;
- III. Ter assegurado o correspondente Crédito Orçamentário, à conta da Dotação na Lei Orçamentária Anual do Município, e/ou fazer constar, no prazo de 30 (trinta) dias da data de assinatura deste instrumento, inserindo-o através de Crédito Adicional Especial, na qual ocorrerão as despesas com obrigações financeiras assumidas por força deste Contrato de Rateio;
- IV. Cumprir o cronograma de desembolso do repasse dos recursos financeiros deste Contrato de Rateio, conforme previsto na Cláusula Quarta e seus parágrafos.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

- I. Aplicar os recursos oriundos do presente Contrato de Rateio na consecução dos objetos definidos nos Contratos de Programas e/ou de Prestação de Serviços, observadas as normas da contabilidade Pública;
- II. Executar as receitas e despesas em conformidade com as normas do Direito Financeiro, aplicáveis às entidades públicas;
- III. Informar, mensalmente, as despesas realizadas em face dos recursos entregues pelos **CONTRATANTES** com base no presente Contrato de Rateio.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA:**

Para os efeitos deste Contrato de Rateio, a vigência inicia na data de sua assinatura, com o término em 31 de dezembro de 2015, em estrita observância a legislação orçamentária e financeira de cada ente consorciado e nunca superior às dotações que o suportam.

**Parágrafo único** – O prazo de vigência previsto no *caput* desta Cláusula poderá ser prorrogado, caso haja despesas custeadas por tarifas, por outros preços públicos ou por ações contempladas em Plano Plurianual.

## CLÁUSULA OITAVA – DA RETIRADA E DA EXCLUSÃO DO CONSORCIADO:

Conforme a **Cláusula Décima Sexta e sua Subcláusula Segunda**, do Protocolo de Intenções, dispensam a ratificação pela Lei Municipal dos Contratantes, a retirada do ente do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante, na forma previamente disciplinada por Lei do Próprio ente federado, a ser comunicado á Assembleia Geral, conforme determinado no Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saúde \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, ciente de que por força deste Contrato de Rateio, a retirada ou a extinção do Consórcio Público, não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programas e contratos de rateios, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações das obrigações já cumpridas pelo Contratado.

## CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

- I. A execução do objeto deste contrato será acompanhada e fiscalizada pelo **CONTRATANTE**, na pessoa do Servidor \_\_\_\_\_, inscrito no CPF de nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, especialmente designado pela Administração para esse fim, doravante denominado (a) simplesmente **GESTOR(A)** desde contrato, conforme determina o artigo 67 da Lei nº 8.666/93.
- II. Para o acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula compete a (o) Gestor (a), entre outras atribuições:
  - a. Solicitar da Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providencias;
  - b. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e adequação dos procedimentos, para garantir a Programação Pactuada Consorcial;
- III. A ação da fiscalização não exonera o **CONTRATADO** de suas responsabilidades contratuais.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO;

Para dirimir eventuais dúvidas, controvérsias, excessos e/ou omissões deste Contrato de Rateio, os participantes elegem o Foro da Comarca de \_\_\_\_\_, Estado de Goiás, renunciando a quaisquer outros.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições acima estabelecidas, assinam o presente Contrato de Rateio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para que surta os devidos efeitos legais.

\_\_\_\_\_ - Goiás, 18 de março de 201\_\_.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito Municipal de \_\_\_\_\_

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito Municipal de \_\_\_\_\_

**CONTRATANTE**

**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Presidente do \_\_\_\_\_

**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

NOME: \_\_\_\_\_

ASSINATURA

RG: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

ASSINATURA

RG: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_